



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e quarenta e três minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. CIMRL - Criação da Rede de Arquivos da Região de Leiria – Proposta de Carta de Princípios de adesão à rede
- 1.2. CIMRL - Acordo de Cooperação para a Constituição da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Leiria
- 1.3. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – Protocolo de Adesão
- 1.4. Juventude Socialista – Pedido de cedência do auditório da Praça da Notabilidade e de isenção do pagamento das respetivas taxas - Ratificação de despacho
- 1.5. Clube de Caçadores de Castanheira de Pera – Montaria - Pedido de Corte de estrada - Ratificação de despacho
- 1.6. Natal Na Aldeia - Apoio à Iniciativa
- 1.7. Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã-Jóia e quota
- 1.8. Atualização de rendas para o ano de 2019

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano
- 2.4. Alterações ao Orçamento

3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

- 3.1. Pedidos de confirmação do estado de ruína de imóveis
- 3.2. Obra particular - Pedido de redução de taxas

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente a ata n.º 19/2018, respeitante à reunião de 8 de outubro, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por informar que, enquanto representante de um dos municípios associados da CIMRL, esteve presente na XI Bienal Ibérica de Património Cultural 2018, que este ano se realizou em Valladolid de 8 a 11 de novembro. Acrescentou que o stand da CIMRL estava bem posicionado, o que lhe deu uma boa visibilidade, e, como a entrada na feira era gratuita, ocorreu uma grande afluência, com grandes grupos de famílias.

Mais informou que a CIMRL participou neste evento com três espetáculos musicais provenientes da zona de Leiria e da Batalha. A título de curiosidade referiu que havia um concurso na feira onde as pessoas votavam qual o melhor stand na feira e o stand da CIMRL ganhou o primeiro prémio arrecadando um montante pecuniário. Deu ainda nota que esteve no evento o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr. Gonçalo Lopes que fez uma apresentação do que temos de património na nossa região e do que se pretende com “Leiria, capital da cultura”. Concluiu dizendo que todos os municípios da CIMRL estiveram presentes e, na sua opinião, esta feira decorreu de uma forma muito positiva.

Continuando, informou que no próximo dia 23 de novembro será realizada uma plantação de árvores na sequência do projeto que a Fundação Benfica veio apresentar há algum tempo atrás.

Em complemento, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que essa plantação será efetuada pela Fundação Benfica em conjunto com a Lousitânea e alunos do Agrupamento de Escolas, no S. João da Mata, e que as árvores a plantar serão carvalhos e bétulas.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente fez referência às candidaturas para regadios no âmbito do PDR 2020, informando que a Câmara Municipal prestou auxílio a Juntas de Regadios do Concelho para formalização dessas candidaturas.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás complementou a informação explicando que apenas as Juntas de Regadios poderiam candidatar-se e como esta candidatura de “Melhoria da eficiência dos regadios existentes” era uma mais-valia, foi feito um esforço para reativar algumas Juntas e, assim, conseguiu-se formalizar a candidatura dentro do prazo estabelecido.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

O Sr. Vereador António Henriques perguntou quais foram essas Juntas de Regadios tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás informado que foram as Juntas de Agricultores de Bolo, de Sapateira/ Castanheira de Pera, de Vilar e da Palheira e Corga e que o valor da comparticipação é a 100%.

Na sequência deste assunto foram colocadas mais algumas questões tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás dado uma breve explicação de como se desenrolou este procedimento.

A Sra. Presidente prosseguiu informando que, no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 a Câmara rececionou, até ao momento, 35 pedidos de apoio.

Em seguida, deixou uma nota para a empresa Tomás Floresta que recebeu o prémio Fénix atribuído pela Câmara de Comércio da Indústria Portuguesa, congratulando-se com o facto de haver em Castanheira de Pera empresas cujo trabalho é reconhecido no exterior.

Usando da palavra, o Sr. Vereador António Henriques fez referência à informação dada pela Sra. Presidente relativamente à Bienal Ibérica, para comentar que a CIMRL levou três artistas, dois de Leiria e um da Batalha, e embora não sabendo se durante a intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Leiria o mesmo fez alguma referência ao norte do distrito parece-lhe que *“a nossa CIM peca por ser muito Leiria e Oeste e não por nós que estamos aqui num cantinho um pouco esquecidos”*.

A Sra. Presidente referiu que a CIMRL elaborou um filme promocional para o efeito que foi enviado para todos os Municípios no dia anterior à ida para a feira Ibérica.

Em relação aos artistas que foram representar a CIMRL, a Sra. Presidente transmitiu que todos os municípios foram questionados e na altura ela própria informou que o Município de Castanheira de Pera não tinha ninguém dentro do espírito que se pretendia.

Relativamente ao filme promocional elaborado pela CIMRL para o efeito, informou que o mesmo foi enviado para todos os Municípios no dia anterior à ida para a feira Ibérica, e que já havia reclamado do seu conteúdo, tendo a intenção de o voltar a fazer na próxima reunião intermunicipal pois, embora o filme tenha um fim específico (património), deve ser dada a relevância que este merece em igualdade de circunstâncias com todos os Municípios.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, pese embora estas questões possam ser consideradas de pouca relevância pelos Municípios de maior dimensão, para os Municípios pequenos são absolutamente estratégicas. Assim, considera crucial fazer ver aos mesmos que têm de abdicar um pouco da sua hegemonia e deixar de lado o seu menosprezo por estes territórios.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

A este propósito a Sra. Presidente fez referência ao Re-Nascer Summit, onde durante o debate entre os três municípios, Castanheira, Figueiró e Pedrógão, ficou patente a necessidade de coesão territorial. Referiu que nesse debate teve oportunidade de dizer que Castanheira de Pera *“não é o parente pobre”* porque tem uma infraestrutura que permite gerar economia local nos concelhos vizinhos porque se analisarmos os meses de verão não há qualquer dúvida que ganha Castanheira de Pera e todos os concelhos vizinhos. Salientou que faz questão de passar esta mensagem pelos locais onde vai passando e o facto de ter feito estes comentários no RE-Nascer Summit despertou a atenção dos Presidentes de Câmara de Pombal e Alvaiázere que, nessa sequência, manifestaram intenção para se reunirem todos a fim de discutirem algumas matérias, porque é importante criar uma dinâmica conjunta.

Em jeito de conclusão, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou a sugestão, quanto a si consensual, de atalhar caminho pois não podemos andar sempre a reivindicar o *“nosso espaço”*, o espaço dos Municípios pequenos, porque há um certo menosprezo evidente.

A Sra. Presidente acrescentou que parece que não se nota esta diferenciação porém, em certas e determinadas atitudes, os Municípios pequenos sentem esse comportamento e como tal considera extremamente importante ir batalhando para marcarmos o espaço que nos pertence.

Nesta sequência houve uma pequena troca de impressões entre o Executivo onde foi consensual e evidente que é preciso trabalhar no sentido de marcarmos uma posição no território da CIMRL.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes fez referência à informação dada pela Sra. Presidente sobre as plantações de árvores que vão ser efetuadas e que são sempre de saudar, questionando se essas plantações integram algum plano de florestação para o local ou se é uma ação pontual.

Quanto à questão dos Regadios referiu perceber o enquadramento, porém lamenta que apenas cinco Juntas de Regadios tenham condições para se candidatarem.

A Sra. Presidente esclareceu que um processo de reativação das Juntas de Regadios é completamente diferente de um processo de constituição de Juntas.

Retorquindo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que é preciso fazer um trabalho prévio mais alargado, de âmbito concelhio, que prepare as coisas para, no momento em que surja a oportunidade de financiamento, estar em condições de avançar com as candidaturas.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que, nesta matéria existe um problema, que é o facto da maioria dos terrenos que antes eram cultivados já não o serem e que é necessário haver agricultores para haver regadios e que os agricultores que existem tenham vontade de colaborar.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu, em jeito de proposta, que é preciso trabalhar a parte agrícola com o mesmo afinco com que se está a trabalhar para a parte florestal.

Prosseguindo, reavivou a questão do banco de terras considerando que seria importante não perder de vista esta questão, até porque devido às faixas de gestão de combustível à volta das povoações ficará muito terreno disponível que não poderá ser afeto a exploração florestal, e pode, eventualmente, ser afeto a exploração agrícola e como tal, conseguindo-se gerar terrenos com escala não tem quaisquer dúvidas que não faltará procura e seria uma boa forma de incrementar a economia local.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes perguntou se já estava esclarecida a questão que colocou na penúltima reunião sobre as faixas de contenção, concretamente sobre a dúvida que existia sobre a limpeza dos 15 ou 25 metros, tendo, de imediato, a Sra. Presidente dito que essa questão estava com a Dra. Bernardina e como a mesma não se encontra presente ficará para a próxima reunião.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, curiosamente, três dias depois de ser discutido em sede de reunião de Câmara o nosso orçamento para o próximo ano surgiu na edição do jornal “O Expresso”, de 3 de novembro, uma notícia sobre a interioridade.

A propósito do tema interioridade referiu que, em seu entender, assume uma expressão mediática muito grande no nosso concelho pelo que considera que deve ser aproveitado em nosso favor a discussão que se vem registando no país sobre esta temática.

Continuando a propósito desta notícia, referiu que a mesma dá várias informações sobre o Interior, como é composto, qual a sua geografia, a área do território e o número de concelhos de interior, num total de 165. Mais acrescentou, que nessa mesma notícia ficamos a saber que Castanheira de Pera é “*um dos poucos*” que não tem qualquer investimento aprovado, dando alguns exemplos de concelhos próximos com investimento aprovado, deixando esta nota como uma crítica construtiva, mas também de apelo, pois é urgente dar um sinal de esperança a todos os que vivem no nosso concelho.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que se percebe a condição de alguns Municípios que têm recursos para que, à medida que as oportunidades surjam, apresentarem candidaturas.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que esta Câmara Municipal contratou os serviços de uma empresa para o efeito, tendo, de imediato, a Sra. Presidente contrariado aquela afirmação esclarecendo que a empresa contratada não foi para esse fim.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes para recordar que falámos neste assunto na última reunião aquando da discussão do orçamento porque, de facto, este tipo de investimento justificava a contratação de uma empresa externa para



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

realização de candidaturas. Referiu que o PDR 2020 tem dois tipos de candidaturas, um a nível nacional e outro para estes territórios interiores, e, na sua opinião, era importante que o nosso concelho aproveitasse devidamente esta oportunidade.

Retorquindo, a Sra. Presidente referiu que estamos a aproveitar essa oportunidade sendo que temos um projeto porque foi aquele que o Município conseguiu, em tempo oportuno submeter. Fez notar que é preciso ter infraestruturas para utilizar porque, logicamente, o desejo deste Executivo era ter muitas candidaturas que conseguisse executar.

No seguimento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes aproveitou para dizer que por vezes não é a quantidade de projetos que se candidata mas sim a *“pertinência desses projetos para estes territórios”*.

A Sra. Presidente deu mais algumas notas sobre o assunto tendo havido uma pequena troca de considerações entre o Executivo.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pediu à Sra. Presidente para esclarecer uma questão relativa à hipotética amortização de um ou mais empréstimos.

A Sra. Presidente explicou que, como existem empréstimos contraídos para o plano de reequilíbrio financeiro, tem intenção de analisar esta questão no sentido de libertar outros empréstimos sendo que, à data atual, não se considera benéfico avançar com a hipótese da amortização, atendendo, nomeadamente à taxa de juro.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou que, obviamente, se o Município tivesse capacidade de fazer amortização para, dessa forma, libertar verba para investimento seria muito positivo.

Nesta senda, houve mais uma pequena troca de considerações, tendo a Sra. Presidente concluído que, em primeiro lugar, está o compromisso da dívida porém, se houver uma inversão da taxa de juro, terá de ser devidamente ponderado.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. CIMRL – CRIAÇÃO DA REDE DE ARQUIVOS DA REGIÃO DE LEIRIA – PROPOSTA DE CARTA DE PRINCÍPIOS DE ADESÃO À REDE

Presente proposta de Carta de Princípios de adesão à Rede de Arquivos da Região de Leiria, cuja constituição foi aprovada em sede do Conselho Intermunicipal da Região de Leiria por todos os municípios integrantes da CIMRL.

O ingresso na referida Rede, que se prevê seja constituída pelos arquivos municipais dos 10 concelhos da CIMRL, podendo ainda acolher outros arquivos públicos ou privados localizados na área de atuação desta Comunidade, assenta



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

na adesão do Município a uma Carta de Princípios com as seguintes orientações: liberdade de adesão, cooperação e promoção em rede, informação e comunicação, formação arquivística e inovação e programação.

Considerando o relevante papel que os arquivos assumem no desenvolvimento do conhecimento e na gestão da informação às comunidades onde estão inseridos, sendo um garante da preservação da memória futura nas suas diversas vertentes;

Considerando a manifesta mais-valia dos objetivos subjacentes à criação da Rede de Arquivos em apreço, de que se destacam a promoção do conhecimento através da divulgação de fontes autênticas, fidedignas, íntegras e utilizáveis, e a intervenção concertada em domínios como a formação técnica e as políticas arquivísticas;

Considerando que a integração na Rede de Arquivos ora em análise permitirá ajudar a mitigar algumas dificuldades, bem como a falta de recursos, nomeadamente, técnicos e humanos, de que o Município padece nesta área;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a adesão do Município à Rede de Arquivos da Região de Leiria, bem como à respetiva Carta de Princípios em que esta assenta, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. CIMRL – ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DA REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DA REGIÃO DE LEIRIA

Presente proposta de Acordo de Cooperação para a Constituição da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Leiria a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e os 10 Municípios que integram a CIMRL.

Considerando a manifesta relevância dos objetivos subjacentes ao referido Acordo, bem como a mais-valia que a sua implementação representará para o Município, nomeadamente no que concerne ao contributo do mesmo para a prestação de um serviço público de qualidade, promotor da identidade regional, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a sua celebração, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS – REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – PROTOCOLO DE ADESÃO

Através de ofício datado de 22/10/2018, veio a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas informar que, na sequência de contactos anteriores e da visita efetuada por aquela Direção-Geral à Biblioteca Municipal de Castanheira de Pera, estão reunidas as condições necessárias para que esta biblioteca passe a integrar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), remetendo também, para o efeito, o respetivo Acordo de Adesão à Rede.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

Considerando a relevância do Acordo em apreço, nomeadamente, no que concerne ao aprofundamento da cooperação entre a DGLAB e este Município no sentido de se oferecerem à população serviços de biblioteca que contribuam para a democratização do acesso à informação, para a participação dos cidadãos na vida pública e para a igualdade de oportunidades, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a integração do Município na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, bem como a celebração do correspondente Acordo de Adesão à Rede, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. JUVENTUDE SOCIALISTA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail da Juventude Socialista a solicitar a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, para o dia 10 de novembro de 2018, a fim de realizar uma sessão intitulada “Círculo Político – Uma aposta na Formação”, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que os atos preparatórios para realização da atividade não se coadunavam com a presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido despacho de autorização de cedência do espaço requerido, com isenção do pagamento das respetivas taxas, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. CLUBE DE CAÇADORES DE CASTANHEIRA DE PERA – MONTARIA PEDIDO DE CORTE DE ESTRADA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail do Clube de Caçadores de Castanheira de Pera a solicitar autorização para o encerramento ao trânsito da E.N. 236 entre o ramal do Bolo e o cruzamento com a estrada do Ameal, no âmbito da montaria que pretende realizar no próximo dia 10 de novembro corrente.

Presente informação emitida pelos Serviços Técnicos em 08/11/2018, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão do requerente.

Presente, ainda, o parecer emitido pela GNR, informando que não encontra inconveniente no corte/suspensão do trânsito na via em causa, tendo em conta a existência de alternativas.

Considerando que a ação a desenvolver se revela de grande interesse para a promoção e divulgação do concelho, particularmente no que respeita à sua vertente cinegética;

Considerando que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação;

Considerando que a realização da atividade ocorreu em data anterior à presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

Foi autorizado o corte da estrada solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. NATAL NA ALDEIA – APOIO À INICIATIVA

Considerando que no ano em curso será realizada a segunda edição do evento “Natal na Aldeia”, iniciativa ímpar no cenário municipal que se pretende venha a ter um caráter regular, assumindo-se como um projeto estruturante, capaz de atenuar a forte sazonalidade da atividade económica existente neste Concelho;

Considerando que a sua materialização impõe a necessidade de uma concertação de esforços entre os agentes locais, públicos, privados, singulares ou coletivos, fazendo jus da sua génese agregadora de vontades e de diversidades, características que lhe conferem uma matriz manifestamente sinérgica, que muito contribui para o seu sucesso;

Considerando que, mais uma vez, o Município não pode deixar de diligenciar e contribuir para que o mesmo possa ser levado a efeito, evidenciando, assim, o seu papel de ente responsável pelo desenvolvimento do território, nos seus diversos domínios, impulsionando, apoiando e acarinhando as iniciativas que concorram para o cumprimento desse desiderato;

Considerando, deste modo, que se impõe ao Município a partilha de recursos que, sendo públicos, devem ser utilizados para a satisfação do interesse público, o que, no caso em apreço, assume particular relevância dada a natureza soberana da iniciativa;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no âmbito do evento em causa, a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- Afetação de recursos materiais, técnicos e humanos, na medida das suas disponibilidades e competências;
- Autorização de utilização de espaços públicos, a acordar entre os entes dinamizadores do evento;
- Promover, na medida do possível, a realização de alguns espetáculos/concertos, inclusivamente, através da inclusão dos mesmos na candidatura Região de Leiria – Rede Cultural, que se encontra a ser objeto de reprogramação física e financeira.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SERRA DA LOUSÃ – JÓIA E QUOTA

A ADSL - Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã, com sede no Município de Castanheira de Pera, constituída a 3 de novembro de 2015, tendo como Municípios fundadores Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pedrogão Grande e Penela, é uma associação coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo contribuir



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

para a valorização, promoção e gestão dos recursos do território da Serra da Lousã e seu desenvolvimento sustentável.

Para prosseguir com a sua estratégia e os objetivos estabelecidos estatutariamente foi aprovada em sede de Assembleia Geral a fixação de uma joia no valor de 500,00 € (quinhentos euros) e de uma quota mensal no valor de 300,00 (trezentos euros).

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o pagamento da joia e da quota nos termos supra indicados, transferindo para a ADSL os respetivos montantes, sendo que relativamente à quota, esta deverá ser contada desde outubro de 2018.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS PARA O ANO DE 2019

Propõe-se, pela presente, nos termos do Aviso n.º 13745/2018 da Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística I. P., de 12 de setembro, publicado no Diário da República, 2ª série, de 26/09/2018, que a Câmara Municipal delibere aprovar a atualização das rendas decorrentes dos contratos de arrendamento dos imóveis que são propriedade do Município, para vigorar no ano de 2019, aplicando o coeficiente 1,0115.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 08 de novembro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.586.202,23 € (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e dois euros e vinte e três centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.539.568,33 € (dois milhões quinhentos e trinta e nove mil quinhentos e sessenta e oito euros e trinta e três centavos) e as operações não orçamentais no valor de 46.633,90 € (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e três euros e noventa centavos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.596.345,53 € (dois milhões quinhentos e noventa e seis mil trezentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e três centavos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centavos) em documentos.

Tomado conhecimento.

13. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 30/10/2018 e 08/11/2018, registados sob os números 1290 a 1338, no valor total de 39.578,89€ (trinta e nove mil quinhentos e setenta e oito euros e oitenta e nove centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

14. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 14.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 20.400,00 € (vinte mil e quatrocentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos proferidos em 08/10/2018, pela Sra. Presidente, e em 17/10/2018, pelo Sr. Vice-Presidente, autorizando, respetivamente, a 15.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 83.000,00€ (oitenta e três mil euros), e a 16.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 7.000,00€ (sete mil euros), ambas por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma supra referido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 17.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 15.500,00€ (quinze mil e quinhentos euros), igualmente, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. PEDIDOS DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE RUÍNA DE IMÓVEIS

Presente o requerimento n.º 4496/2018, de 5 de novembro de 2018, apresentado por José Henriques Morgado Domingues – Cabeça de Casal de Herança, solicitando a emissão de certidão atestando que o prédio/edificação, com artigo predial urbano n.º 1888, sito em Sarzedas do Vasco, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, se encontra em estado de ruína ou não possui condições de habitabilidade.

Presente o Auto de Vistoria n.º 14/SPOPU/2018, datado de 7 de novembro de 2018, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, confirmar, com base nos fundamentos constantes do auto de vistoria, o estado de ruína do prédio/edificação com o artigo predial urbano n.º 1888.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. PEDIDOS DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE RUÍNA DE IMÓVEIS

Presente o requerimento n.º 4467/2018, de 2 de novembro de 2018, apresentado por Rosa Maria da Costa, solicitando a emissão de certidão atestando que o prédio/edificação, com artigo predial urbana n.º 1646, sito em Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, se encontra em estado de ruína ou não possui condições de habitabilidade.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 21/2018

Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2018

Presente o Auto de Vistoria n.º 13/SPOPU/2018, datado de 7 de novembro de 2018, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, confirmar, com base nos fundamentos constantes do auto de vistoria, o estado de ruína do prédio/edificação com o artigo predial urbano n.º 1646.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. OBRA PARTICULAR – PEDIDO DE REDUÇÃO DE TAXAS

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

ENCERRAMENTO

19. ENCERRAMENTO

Não tendo o público presente manifestado interesse em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezanove horas e dezasseis minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Vítor Manuel Henriques Silva, Coordenador Técnico da Secção Administrativa do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

O Secretário: _____